

# **Ação coletiva e participação política**

## **Experiências de jovens na passagem da adolescência para a vida adulta**

Sara Martin Xavier

### **Resumo**

Este artigo discute alguns resultados de uma pesquisa que investigou as práticas de participação de quinze jovens de 19 anos, ex-alunos de duas escolas estaduais da cidade de São Paulo. Foram realizadas, em 2020, entrevistas semiestruturadas individualmente com cada um desses jovens com objetivo de resgatar as suas vivências de participação como secundaristas, mapear as suas práticas participativas após a conclusão do Ensino Médio e identificar os sentidos atribuídos às suas experiências na passagem da adolescência para a vida adulta. Rejeita-se aqui o discurso de senso comum de que os jovens são apáticos politicamente: os relatos dos entrevistados evidenciam que esses jovens se inserem em um processo mais amplo de reconfiguração das ações coletivas e da participação política, que busca preservar a autonomia, a autenticidade e a subjetividade dos indivíduos, em um contexto de diversificação e fragmentação da experiência social.

**Palavras-chave:** participação; jovens; ensino médio; movimentos sociais.

### **1 Introdução**

O debate sobre as práticas de participação política de jovens passa pelo desafio de superar o discurso de senso comum segundo o qual os jovens seriam apáticos e indiferentes em relação à política e ao bem comum (ION, 2012; QUINTELIER, 2007; PONTES; HENN; GRIFFITHS, 2018; PLEYERS; KARBACH, 2014). Esse discurso, aqui rejeitado, se baseia no aumento do absentéismo eleitoral e na diminuição das taxas de filiação a partidos e sindicatos. É evidente a necessidade de adoção de definições da noção de participação que ultrapassem as suas formas tradicionais e institucionais, levando em consideração as novas formas, estratégias e configurações de ação coletiva que estão sendo construídas na sociedade contemporânea e que vão além do imaginário dos movimentos operários da sociedade industrial.

Com objetivo de mapear as ações coletivas e as práticas participativas dos jovens, foram feitas entrevistas semi-estruturadas com quinze homens e mulheres paulistanos de 19 anos, ex-estudantes de duas escolas públicas estaduais da cidade de São Paulo. A escolha desses jovens se deu devido à sua participação prévia em uma pesquisa anterior sobre experiências cívicas de jovens, da qual esta investigação se desdobra, o que permitiu analisar as continuidades e rupturas das práticas desses interlocutores ao longo de três anos. A pesquisa buscou, principalmente, identificar os engajamentos dos entrevistados e os sentidos que eles atribuem às suas ações.

A discussão que será construída ao longo deste texto se baseia nas considerações de François Dubet (2010), Danilo Martuccelli (2007a, 2007b), Alberto Melucci (2004) e Alain Touraine (1994) sobre as transformações da sociedade pós-industrial e o reflexo delas nas formas de ação coletiva. Esses autores partem de uma forte crítica à Sociologia Clássica, segundo a qual, baseada na ideia funcionalista de personagem social, as ações são definidas pela realização de normas sociais e de valores institucionalizados em papéis sociais que são interiorizados pelos indivíduos em função da sua posição sócio-profissional, por meio do processo de socialização. Tentando responder ao problema da ordem social, a Sociologia Clássica inventou a falsa noção de sociedade como uma unidade funcional, um conjunto integrado no qual o indivíduo estaria totalmente identificado com o sistema.

O esfacelamento das sociedades nacionais industriais levou ao declínio dessa imagem clássica de sociedade. As novas formas de ação coletiva, que se distanciam das práticas afiliativas, respondem à singularização crescente das trajetórias pessoais, à diversificação das lógicas de ação, à individuação e à subjetivação, que caracterizam a experiência social contemporânea. Enquanto, nas sociedades industriais, as classes sociais apareciam como atores coletivos coerentes o suficiente para serem considerados como principal ator coletivo da história e principal fator explicativo e determinante da ação, principalmente no campo político, nas sociedades contemporâneas pós-industriais surgiram outros princípios de identificação dos atores para além da classe social: gênero, etnia, cultura, etc. O declínio das sociedades nacionais industriais, que foram objeto da Sociologia Clássica, ocasionou a incapacidade das instituições sociais de transmitir, de maneira harmoniosa, normas de ação, correspondendo agora aos indivíduos a tarefa de dar sentido às suas próprias trajetórias e experiências, graças à expansão da reflexividade. Martuccelli e Dubet se referem, assim, ao crescimento da indeterminação dos significados da ação. A relevância desse debate é a noção da importância de entender como os indivíduos administram a heterogeneidade do mundo social e das suas lógicas de ação, já que as orientações culturais se tornaram diversas e até contraditórias, o que confere autonomia crescente às trajetórias pessoais. O problema sociológico central, para esses autores, deixa de ser o processo de interiorização de normas pré-determinadas de ação.

As práticas participativas relatadas pelos jovens investigados nesta pesquisa foram interpretadas à luz da Sociologia da Experiência de Dubet (2010). A noção de experiência combate a ideia de incapacidade de ação dos sujeitos frente aos mecanismos de dominação, entendendo que a dominação da estrutura sobre a experiência existe, mas é limitada, porque os sujeitos fogem à definição estrita da determinação. O conceito de experiência social designa as condutas individuais e coletivas, que são norteadas por princípios culturais e sociais heterogêneos. Experiência social é, então, o trabalho dos indivíduos de construção de sentido das suas práticas diante dessa heterogeneidade. A partir disso, fica claro que os indivíduos adotam simultaneamente vários pontos de vista e que a identidade é um trabalho de construção da própria experiência, por meio do qual os indivíduos se constituem como sujeitos. A ação dos indivíduos não pode, assim, ser definida em termos de papéis e posições sociais, como na Sociologia Clássica, porque os indivíduos não cumprem programas pré-definidos, eles se esforçam para construir uma unidade de sentido a partir dos elementos diversos que compõem a vida social e da multiplicidade de orientações que carregam. Rejeitando a compreensão clássica da ação social, a experiência social é o trabalho de organização e conciliação de elementos heterogêneos e contraditórios.

A noção de experiência social foi adotada aqui como aporte teórico porque ela não nega a existência do processo de socialização, mas afirma que esse processo não é total, dado que a experiência se inscreve em múltiplos registros não congruentes, permitindo a expansão da autonomia do indivíduo e da sua subjetividade. A distância entre ator e sistema, ou seja, o individualismo, faz com que cada indivíduo seja autor da sua própria experiência. Enquanto a noção de socialização se refere ao processo de interiorização do mundo, a noção de experiência social trata da atividade cognitiva de construção da realidade. A subjetividade e a reflexividade são construídas pelo trabalho do indivíduo de articular diferentes lógicas de ação, impedindo que a ação social se reduza aos interesses racionais ou à simples aplicação de códigos interiorizados.

Dubet (2010) esclarece ainda que os elementos que compõem a experiência social não pertencem ao ator, são dados e lhe são impostos por meio da cultura, das relações sociais, das coerções impostas pelas situações e pela dominação. Porém, a heterogeneidade dos princípios da ação confere um grau de autonomia e liberdade ao indivíduo, porque da pluralidade resulta a necessidade do ator construir uma coerência à sua experiência. Ou seja, o ator constrói uma experiência que lhe pertence a partir de lógicas de ação que não lhe pertencem. Para compreender as práticas participativas dos jovens investigados, rejeitam-se tanto as concepções hiperssocializadas quanto as concepções hipossocializadas de ação.

## 2 Pesquisa e metodologia

Sendo assim, entendendo os jovens como autores no processo de construção das suas próprias experiências, sem negligenciar a importância dos condicionamentos estruturais, este artigo discute as práticas de participação de jovens paulistanos e os sentidos a elas atribuídos por meio dos resultados de uma pesquisa qualitativa. Trata-se de um desdobramento do projeto *Citadel - Ciudadanos inteligentes para ciudades participativas*, financiando pela Unión Ibero-americana de Universidades, um estudo colaborativo de pesquisadores de cinco universidades ibero-americanas - Universidade de São Paulo (Brasil), Universidad Autónoma de México (México), Universidad de Buenos Aires (Argentina), Universitat de Barcelona (Espanha) e Universidad Complutense de Madrid (Espanha) - que buscaram mapear as experiências cívicas de estudantes secundaristas de escolas localizadas nos centros urbanos dos entornos dessas cinco universidades nos anos de 2017 e 2018. A equipe brasileira realizou esse trabalho em cinco escolas públicas estaduais de São Paulo, localizadas nos municípios de Santo André, Sorocaba, Ribeirão Preto e da capital São Paulo, onde formaram grupos de discussão com 58 estudantes secundaristas sobre as suas experiências participativas dentro e fora do ambiente escolar.

Com objetivo de investigar como se desenvolveram as trajetórias participativas desses jovens nos anos posteriores à conclusão do Ensino Médio, esta segunda etapa da pesquisa Citadel, de que trata este artigo, buscou reencontrar os participantes da pesquisa inicial de 2018, permitindo, assim, identificar as continuidades e rupturas das suas experiências cívicas ao longo desses anos. Em 2020, durante a pandemia de Covid-19, foi possível retomar o contato com quinze (15) dos vinte e quatro (24) jovens das duas escolas da capital paulistana que participaram da primeira fase do projeto Citadel em 2018. Ambas as escolas possuem mais de sessenta (60) anos de funcionamento, uma localizada em Pinheiros e a outra no Butantã. Esses jovens estavam no terceiro ano do Ensino Médio em 2018, na primeira fase da pesquisa, e todos tinham 19 anos e já haviam concluído o Ensino Médio no ano de 2020, quando foi retomado o contato.

Ao longo do mês de Outubro de 2020, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas individuais com cada um dos quinze participantes de forma virtual, devido à pandemia de Covid-19. As entrevistas visavam resgatar as memórias dos entrevistados do período do Ensino Médio, principalmente as que se referem às suas práticas de participação política enquanto estudantes secundaristas, e mapear os seus engajamentos em ações coletivas e variadas formas de participação durante os dois anos posteriores à conclusão do Ensino Médio. O objetivo foi, então, analisar a trajetória participativa desses jovens ao longo dos

últimos anos considerando as transformações dos ciclos de vida, a saída do ambiente escolar e o contato com novas instituições, grupos e círculos sociais.

As entrevistas tiveram duração entre 30 minutos e uma hora e foram compostas por três blocos de perguntas. O primeiro bloco tratava do presente: o cotidiano do entrevistado após a conclusão da educação básica e a sua experiência participativa atual. O segundo bloco resgatava as memórias do entrevistado do período do Ensino Médio, com perguntas sobre o cotidiano do jovem na época, a participação como estudante secundarista e a relação com a escola e a família. O terceiro bloco consistia no exercício de comparação da definição e das experiências de participação durante e depois do Ensino Médio.

A seguir, um quadro de caracterização dos entrevistados. Vale ressaltar que os nomes são fictícios; a raça foi autodeclarada com base nas categorias raciais de classificação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – brancos, pretos, pardos, indígenas e amarelos –; e a renda familiar foi medida em salários mínimos (SM), cujo valor era de 954 reais em 2018.

**Quadro 1.** Caracterização dos entrevistados

Pseudônimo	Escola	Gênero	Cor ou raça	Orientação sexual (2018)	Renda familiar (2018)	Estuda atualmente	Trabalhava em 2018	Trabalha atualmente	Participação o no EM	Participação atualmente
Nayara	A	Mulher	Branca	Heterossexual	3 a 5 SM	Comércio Exterior (FATEC)	Não	Sim, estágio em logística	Grêmios; conselho de classe; esportes	Atlética universitária; esportes
Pedro	A	Homem	Preto	Heterossexual	Mais de 5 SM	Design de Mídias Digitais (FATEC)	Não	Não	Manifestações organizadas pela escola	Grupo de estudos; movimento estudantil
Beatriz	A	Mulher	Preta	Heterossexual	Mais de 5 SM	Arquitetura (Senac)	Não	Não	Conselho de classe; grêmios; esportes	Atlética universitária; esportes
Alice	A	Mulher	Branca	Bissexual	3 a 5 SM	Linguística (UFSCAR)	Não	Não	Grêmios; conselho de classe; conselho de escola; esportes	Centro acadêmico; extensão universitária
Luan	A	Homem	Pardo	Heterossexual	Mais de 5 SM	Não	Não	Sim, gamer profissional	-----	-----
Giovana	A	Mulher	Preta	Heterossexual	1 a 3 SM	Enfermagem (Santa Casa)	Não	Sim, jovem aprendiz	Grêmios; manifestações organizadas pela escola;	Ligas acadêmicas, voluntariado

Sandra	A	Mulher	Preta	Bissexual	Mais de 5 SM	Cursinho pré-vestibular	Não	Sim, telemarketing	Igreja; esportes	Debates e palestras na escola	-----
Gabriel	A	Homem	Branco	Heterossexual	Não sabia	Não	Não	Não	Debates na escola	-----	-----
Danilo	A	Homem	Preto	Heterossexual	Não sabia	Design (Senac)	Não	Não	-----	-----	-----
Tainá	A	Mulher	Parda	Não respondeu	Mais de 5 SM	Turismo (UFSCAR)	Não	Não	Manifestações políticas; esportes	Manifestações políticas	-----
Otávio	B	Homem	Pardo	Homossexual	3 a 5 SM	Não	Sim, telemarketing	Sim, DJ	Grêmios; conselho de classe; ocupações secundaristas	Coletivos Crash Party (festa LGBT periférica) e Loyal (moda periférica)	-----
Raquel	B	Mulher	Branca	Heterossexual	1 a 3 SM	Psicologia (Uninove)	Sim, estágio no Tribunal de Justiça	Sim, atendente de suporte do Facebook	Grêmios	Liga acadêmica	-----
Bernardo	B	Homem	Branco	Assexual	3 a 5 SM	Ciência da Computação (FMU)	Não	Sim, estágio em desenvolvimento	Conselho de classe; esportes; Movimento Brasil Livre	Representação acadêmica; atlética; universitária; esportes; Movimento Brasil Livre	-----
Luana	B	Mulher	Preta	Não respondeu	1 a 3 SM	Técnico em Enfermagem (Colégio Cadem)	Sim, estágio no Tribunal de Justiça	Sim, telemarketing	Grêmios; manifestações políticas	-----	-----
Carolina	B	Mulher	Preta	Heterossexual	1 a 3 SM	Cursinho pré-vestibular	Não	Não	Grupos religiosos de leitura; Igreja católica	-----	-----

Fonte: Elaboração própria

Os resultados da pesquisa serão apresentados em três partes neste texto. A primeira parte aborda as experiências participativas dos jovens enquanto estudantes secundaristas, na qual destaca-se a escola como palco das primeiras práticas de participação e protagonismo dos jovens entrevistados. A segunda parte explora as trajetórias de participação dos jovens após a conclusão da educação básica, caracterizadas, em geral, pela rejeição das formas convencionais, institucionalizadas e burocráticas de participação. A terceira parte trata das continuidades e rupturas das experiências participativas dos jovens investigados comparando o período do

Ensino Médio e o período atual, destacando a centralidade das pautas identitárias e a expansão do significado de participação, que passa a abarcar a sociedade mais ampla e as questões extra-escolares.

### **3 Experiências de participação durante o Ensino Médio**

As práticas participativas desenvolvidas pelos jovens durante a sua adolescência, enquanto estudantes secundaristas, consistiam, principalmente, em ações dentro do ambiente escolar e relacionadas às questões escolares: participação nos mecanismos institucionais de participação da escola (grêmios estudantis, conselho de escola e conselho de classe), engajamento em debates e discussões nas aulas e nas atividades extracurriculares e participação em manifestações organizadas pela escola ou manifestações pelos direitos estudantis.

A escola apareceu nas entrevistas como locus das primeiras experiências participativas dos entrevistados. Foi na escola onde experimentaram pela primeira vez os sentimentos de protagonismo, de “ter voz”, de potência para transformação e de liderança. Na maioria das entrevistas, as narrativas construídas pelos jovens associaram as memórias escolares com os processos identitários de construção de protagonismo e autenticidade.

Os ex-alunos da Escola A destacaram o contingenciamento dos recursos financeiros da escola, cujos consequentes problemas estruturais, como a falta de professores e a impossibilidade de realização dos seus eventos tradicionais (formatura, festa junina, etc) foram um forte motivador da participação por meio do grêmios e das manifestações organizadas pela escola. Muitos destacaram como uma das principais atividades do grêmios a arrecadação de recursos para promover esses eventos. Giovana afirmou que os atos de reivindicação organizados pela escola “acenderam” um espírito de criticismo e inconformismo:

Teve um ato que foi da merenda. A nossa escola não dá merenda. E nossa escola fez um movimento, foi até [a sede do poder legislativo estadual], a ALESP, para poder confrontar as pessoas, para poder falar: “Por que a gente não tem merenda?”. Eu acho que foi importante, porque eles meio que acenderam uma luz em cima de mim, para poder instigar, para poder perguntar, nunca estagnar, e sim sempre se perguntar o porquê daquilo, por que está acontecendo. Foi uma coisa que me ajudou muito. Hoje, é uma coisa que eu sempre pergunto, eu nunca estou satisfeita, eu quero entender o porquê do que está acontecendo. (GIOVANA)

Já os ex-alunos da Escola B ressaltaram as ocupações secundaristas de 2015/2016<sup>1</sup>, que aconteceram quando eles ainda estavam no final do Ensino Fundamental, mas cujas consequências no grêmio e na dinâmica escolar foram vividas pelos entrevistados. Após a ocupação, os estudantes construíram uma nova configuração de grêmio estudantil horizontal, sem hierarquias internas. Alguns entrevistados relataram que o grêmio estudantil e a própria escola ficaram muito desorganizados depois das ocupações e que demorou um tempo para a situação se normalizar.

Apenas um dos entrevistados relatou participação nas ocupações: Otávio (Escola B) afirmou ter participado das ocupações de duas escolas, entre elas a sua própria escola:

Eu participei do [movimento de ocupação] no começo, depois fiquei em casa, mas é porque a minha mãe não entendia direito e ela não quis deixar eu ir e também eu tinha 15 anos. E depois eu participei da ocupação de [outro Centro Educacional Público], que também é no centro de São Paulo, do movimento dos secundaristas. Porque a gente tinha uma rede de comunicação, a gente tinha grupo de Facebook e WhatsApp e aí sempre que era um foco de uma luta na qual estava envolvendo secundaristas, todo mundo ficava sabendo. E eu tinha bastante amigos [naquele Centro] e foi todo aquele movimento. Então eu estava lá junto também. (OTÁVIO)

O grêmio estudantil foi descrito pelos entrevistados como um coletivo organizado com função de representar os estudantes, ajudá-los, promover a sociabilidade entre eles por meio de festas, atividades e eventos, proporcionar a descontração da rotina escolar, “dar voz” aos estudantes e conscientizá-los contra o preconceito em relação às questões identitárias. Beatriz definiu o grêmio como “uma parte social da escola”. Nayara completou afirmando que a promoção da sociabilidade, da diversão e da descontração no ambiente escolar é o principal papel do grêmio: “escola não é só estudar, tem outras coisas...”. Os entrevistados entendiam o grêmio como forma de permitir que a “mensagem” dos estudantes alcançasse mais pessoas:

Eu achava [o grêmio] uma coisa necessária. A gente promovia debates, a gente trazia assuntos [...] informando as pessoas. Coisas que [...] com a nossa linguagem, a nossa mensagem poderia atingir mais pessoas. [...] Eu gostava de participar, porque eu sentia que de certa forma a gente tinha uma voz e a gente podia estar usando aquela voz para fazer alguma coisa. (OTÁVIO)

As atividades promovidas pelo grêmio eram, em sua grande maioria, atividades de caráter artístico e cultural. As principais manifestações coletivas na adolescência não são de natureza imediatamente política, mas culturais, artísticas e esportivas: na adolescência, os eventos

<sup>1</sup> Centenas de escolas estaduais paulistas foram ocupadas por estudantes secundaristas em todo estado de São Paulo, em 2015, contra a proposta de reorganização escolar do governo do Estado de São Paulo, de Geraldo Alckmin (PSDB). A proposta previa o fechamento de mais de 90 escolas, o que levaria à necessidade de realocação de milhares de estudantes. Devido à pressão política das ocupações secundaristas, a reorganização escolar foi revogada por Geraldo Alckmin em 04 de dezembro de 2015. (SANTIAGO, 2015)



biográficos e culturais primam sobre os eventos coletivos e políticos, o que significa que ainda que os adolescentes reconheçam a importância dos problemas sociais, institucionais e políticos, estes ficam em segundo plano diante dos desafios existenciais e pessoais, das emoções e das relações afetivas (MARTUCCELLI, 2016). Os adolescentes são, então, mais atores sociais nas suas vidas pessoais e na esfera privada cotidiana do que na esfera público-política. Esses aspectos são extremamente relevantes para que os pesquisadores possam identificar as práticas de participação da juventude a partir dos seus próprios sentidos e significados, sem alegar uma suposta indiferença política a partir de conceitos fechados e tradicionais de participação política, restritos ao engajamento na arena política formal.

Outro ponto que chamou atenção nos relatos dos entrevistados foi a memória do processo eleitoral do ano de 2018 - quando estavam no terceiro ano do Ensino Médio - como um episódio marcante nas suas experiências participativas. Alguns fizeram referência de forma positiva, como momento importante para a sua socialização política, outros fizeram referência de forma negativa, enfatizando a polarização política e a radicalização dos posicionamentos e opiniões políticas, o que fez com que se afastassem do debate. Muitos relataram que evitavam expor publicamente suas opiniões políticas porque temiam causar problemas, brigas, polêmicas, discórdias, rompimento de laços familiares e de amizade, etc. O medo do “cancelamento” esteve presente em vários relatos.

Finalmente, cabe destacar que a afetividade apareceu nas entrevistas como forte motor da participação durante a adolescência. Os jovens afirmaram que participavam para “seguir” os amigos ou porque eram “puxados” ou “empurrados” por eles. Algumas entrevistadas lembraram que se candidataram a representantes de classe por rivalidade com algumas colegas e por orgulho. A afetividade é essencial na significação das práticas juvenis e na construção de identidades coletivas (RUIZ, 2017): os adolescentes participam mais por razões afetivas do que por razões ideológicas ou políticas. Nas ações juvenis, são os afetos que organizam os sentidos e definem as práticas, não tanto a adesão a determinada causa. Assim, fica claro que, principalmente na juventude, o protesto social não é apenas uma ação estratégica em busca da realização de demandas compartilhadas; envolve também uma dimensão afetiva que permite aos indivíduos envolvidos processar, descarregar e encenar processos internos pelos quais atravessam.

#### **4 Experiências de participação após a saída da escola**

Os relatos dos jovens entrevistados sobre as suas trajetórias participativas atuais, em geral, têm um grande ponto em comum: a rejeição do fazer político tradicional e das formas convencionais, institucionalizadas, verticais e burocráticas de participação. Na contramão das afirmações de que o bem comum seria menos valorizado agora do que antes e de que os jovens

estariam apáticos politicamente, as entrevistas apontam para uma justificativa diferente para esse afastamento das estratégias tradicionais de intervenção na esfera público-política. Os jovens não se afastam porque não se preocupam com as questões políticas, mas sim porque priorizam novos arranjos e estratégias de participação que se sintonizam com os processos de individuação e fragmentação da experiência social.

Nesse sentido, não se deve confundir individualismo com egoísmo ou indiferença. A preocupação com a esfera pública e o conflito social não diminuíram, mas agora se expressam diferentemente, sob a forma de agrupamentos informais, efêmeros e menos estruturados, que priorizam a sociabilidade e a expressão artística, estabelecem objetivos concretos, pontuais e realizáveis a curto prazo, e envolvem práticas horizontais, cotidianas, flexíveis e diretas de participação (ION, 2012). Os jovens entrevistados rejeitaram a participação em agrupamentos institucionalizados e verticalizados controlados pelos adultos, como partidos e sindicatos, e os mecanismos de participação da democracia representativa, preferindo formas diretas e não afiliativas de intervenção na esfera pública. Eles entendem as estratégias tradicionais de participação como radicais, alienadas, extremistas, fechadas e limitadoras do pensamento autônomo.

O sociólogo francês Jacques Ion (2012) argumenta que essa reconfiguração das práticas participativas se caracteriza pelo idealismo pragmático, ou seja, as grandes associações polivalentes, ligadas a partidos ou ideologias políticas e destinadas a todos os públicos - que predominavam nas sociedades industriais - estão perdendo espaço para associações focadas em públicos específicos e objetivos pontuais, que não estão conectadas à esfera imediatamente política (inclusive, desconfiam dela), mas que não deixam por isso de seguir valores e objetivos de transformação social.

A reconfiguração das práticas coletivas está relacionada às mudanças nos processos de identificação - ação dinâmica, contínua, incessante e auto-reflexiva de construção da identidade (MELUCCI, 2004). Ion (2012) mostra que, nas sociedades industriais, os agrupamentos eram compostos por homens ligados por pertencimentos comuns (bairro, trabalho, religião, etc), que compartilhavam valores e estilos de vida. Os agrupamentos contemporâneos, diferentemente, são constituídos por indivíduos autônomos de pertencimentos múltiplos, estranhos uns aos outros e reunidos por finalidades pragmáticas: não são mais os pertencimentos comuns, afinidades e identificações que causam a união, mas sim os objetivos pontuais. Os membros desses agrupamentos não formam um meio homogêneo e não compartilham uma cultura comum, por isso rejeitam os mecanismos da democracia representativa, já que entendem que o outro não está apto para lhe representar, optando por formas diretas de participação. Assim, a vida associativa contemporânea permite

engajamentos limitados, sem necessidade de adesão ideológica ou submissão às regras do coletivo, tornando possível estar presente entre os outros sem renunciar a si mesmo.

Os agrupamentos institucionalizados e verticalizados de participação apareceram nos relatos como ameaças à autonomia, à autenticidade e à liberdade individual. Essa reticência em relação a esses agrupamentos pode ser explicada, pelo menos em partes, pela fragmentação e pela diversificação das lógicas de ação que caracterizam as sociedades pós-industriais: a heterogeneidade do mundo social produz atitudes de distanciamento, desapego e reserva, porque os indivíduos não podem se apegar totalmente a papéis e valores que nunca estarão totalmente integrados e coerentes com os demais elementos diversos da sua experiência social (DUBET, 2010). Assim, os jovens rejeitam a ideia do militante tradicional que se envolve completamente com uma organização, dedicando-se de forma contínua e totalizadora a um projeto político abrangente:

Eu não me aproximo muito de quase nada, eu não tô 100% dentro de quase nada, mas eu estou sempre alinhado a tudo, em relação à Covid, aos casos de racismo atualmente, caso de feminismo, eu estou sempre alinhado. Mas em nenhum deles eu tô realmente incluso. (LUAN)

Segundo a diferenciação que Sposito, Tarábola e Ginzler (2021) estabelecem entre ativismo e militância, é possível afirmar que os jovens entrevistados estão, em geral, mais próximos do ativismo do que da militância. Os autores afirmam que os indivíduos contemporâneos - principalmente os jovens, mas não apenas eles - não se encaixam mais na concepção tradicional do militante, porque a individuação provoca o distanciamento da ideia de um personagem social que desempenha papéis previamente instituídos e prescritos por posições sociais. São priorizadas ações coletivas que não exijam um compromisso de vida. Enquanto a militância envolve organizações hierarquizadas com regras e com obrigação de filiação, de maior dispêndio de tempo e de adesão a um quadro abrangente de orientações políticas e ideológicas; o ativismo envolve relações horizontais e adesão a objetivos pontuais, realizáveis a curto prazo e próximos à vida cotidiana, sem necessidade de submissão a configurações ideológicas totalizantes (SPOSITO et al, 2021). Assim, a preferência pelo ativismo está relacionada ao esforço dos indivíduos contemporâneos de preservação da autonomia e da autenticidade.

Muitos entrevistados justificaram a não participação afirmando que para participar a pessoa deve se doar totalmente a uma causa e fazer parte do grupo de forma ativa e proativa. Isso indica que, ainda que esses jovens demonstrem preocupação com determinadas pautas público-políticas e defendam determinados valores e causas, eles não estão dispostos a comprometer a sua autonomia na obrigação de envolvimento totalizante que as associações tradicionais exigem. Ou seja, os relatos coletados apontam para o declínio da noção

tradicional de militância e para uma reconfiguração das ações coletivas desenvolvidas pelos indivíduos contemporâneos.

Entre os entrevistados, foi identificado apenas um caso no qual o jovem tinha uma experiência participativa mais próxima da militância tradicional. Bernardo (Escola B) faz parte do Movimento Brasil Livre (MBL) desde o Ensino Médio, que ele conheceu por meio dos algoritmos das redes sociais. Os demais entrevistados afirmaram, em sua maioria, realizar pequenas ações pontuais, não sistemáticas, de ativismo nas redes sociais, ou participar de movimento estudantil universitário e outras atividades e grupos universitários, como centro acadêmico, liga acadêmica, atlética, competições esportivas, grupo de estudos, representação acadêmica e extensão universitária. Alguns entrevistados também relataram participar com frequência de manifestações políticas de rua, mas não foram maioria.

Entre as entrevistas realizadas, dois casos merecem destaque aqui porque relataram participação em coletivos não institucionalizados ligados à ação cultural e artística, que se inserem no contexto anteriormente descrito de reconfiguração das práticas participativas e das ações coletivas na sociedade contemporânea. O primeiro caso é de Otávio (Escola B), que faz parte de dois coletivos periféricos que atuam na Zona Sul da cidade de São Paulo: coletivo Crash Party, que promove festas voltadas ao público LGBTQIA+ periférico, e coletivo Loyal, de moda periférica. Assim como Bernardo, Otávio também conheceu os coletivos dos quais faz parte nas redes sociais. Ele participou de um workshop de DJ oferecido pelo Coletivo Loyal e depois disso passou a trabalhar como DJ e produtor musical nos dois coletivos nos quais participa

Um coletivo é o Crash Party, uma festa que ocorre na zona sul, no Capão Redondo, e é uma festa totalmente LGBT, voltada para as ‘pessoas da quebrada’. E o outro coletivo no qual eu também sou DJ produtor é o Loyal, um coletivo de moda periférica e aí a gente desfila o conceito, a gente promove o desfile com variados temas, e todo desfile a gente traz uma urgência sobre algum assunto do momento. A gente já falou sobre feminismo, racismo, sobre o preconceito no qual a periferia vive e vários temas. Por exemplo, o último [desfile] que teve, a gente retratou o poder das periferias, das pessoas da periferia, que a gente também tinha esse poder de estar lá fazendo alguma coisa, de ter uma voz também, que a gente pode usar nossa voz. E a gente promovia debates em cima disso: qual é o poder feminino, qual é o poder de uma ‘bixa’ preta, qual é o poder de um humano preto que tá aí, que sai da quebrada todo dia, e vários desses assuntos. A gente já retratou sobre o racismo, o feminismo, a gente já falou sobre o triângulo da Morte, porque, antes, aqui os bairros no qual a gente vive, (...) há 20 anos atrás era considerado pela ONU a região mais perigosa do planeta, aí todo mundo chamava aqui de triângulo da morte. (...) ‘E aí? Como é que a gente está hoje? Como que a gente conseguiu sair de há 20 anos atrás da região mais perigosa do planeta para o que a gente é hoje? Quais são os corpos que ocupam esse lugar?’ E aí a gente desfila e os próprios modelos são corpos periféricos. (OTÁVIO)

No relato de Otávio sobressaem quatro aspectos. O primeiro é que os coletivos dos quais ele faz parte seguem uma tendência comum aos demais entrevistados de preocupação com as pautas identitárias, que ocupam posição de centralidade nas ações coletivas e participativas desenvolvidas por esses jovens. Esse aspecto será desenvolvido na próxima parte do texto. O segundo aspecto é o caráter artístico e cultural desses coletivos: as atividades artísticas e culturais são estratégias centrais de atuação política, protesto e transformação social dos sujeitos periféricos e passaram a ser vistas como forma de pacificar e humanizar os contextos tomados pela violência (D'ANDREA, 2020). O terceiro aspecto é o da sociabilidade: a performance juvenil está estreitamente ligada à sociabilidade (promoção de festas, eventos, encontros, etc), às ações culturais, às novas tecnologias, à arte e ao lúdico (RUIZ, 2017).

O quarto aspecto que chama atenção na fala de Otávio é a centralidade do termo periferia. Tiaraju D'Andrea (2020) aponta que esse termo era inicialmente carregado de estigma e preconceito, caracterizado pela falta e pela negatividade, sendo posteriormente ressignificado pela própria população periférica por meio das suas expressões culturais, principalmente o hip-hop, deixando de estar ligado somente à violência e à pobreza, agora associado à cultura, ao orgulho e à potência periféricas. O termo passou, assim, a ter um sentido de pertencimento compartilhado (identificação) entre as periferias, de denúncia e de demanda por transformação social. O autor indica que periferia é uma nova forma de representação da classe trabalhadora, construída não necessariamente pelo reconhecimento de uma posição comum na produção econômica, mas pelo compartilhamento de costumes, modos de vida e condições sociais em determinados territórios. As novas formas de organização política são protagonizadas pelos sujeitos periféricos, que se organizam, principalmente, em coletivos e utilizam o termo periferia como classe em um momento histórico no qual a classe trabalhadora se fragiliza como categoria de representação. As principais pautas desses sujeitos periféricos são as questões identitárias e o direito à diferença, em contraposição à luta por igualdade, preponderante na geração anterior que era representada pela ideia de classe trabalhadora. Reguillo (2017) completa esse argumento ao destacar a relevância dos significados e das nomenclaturas quando afirma que as transformações sociais se realizam por meio da construção de novos horizontes de sentido: as formas de resistência subvertem os significados estabelecidos, criam novos sentidos e significados, como foi feito pelas populações periféricas em relação ao termo periferia.

O segundo caso cujo relato será destacado aqui é o de Pedro (Escola A), que faz graduação em design de mídias digitais e participa de um grupo de estudos sobre marxismo e arte política. Na entrevista, ele contou que estava formando um coletivo de produção de propaganda e arte política e que pretende se profissionalizar na área de marketing político em mídias sociais

Eu gostaria muito de liderar a área de propaganda. Eu sempre fui um fã muito grande de *posters* históricos, de como que você expressa uma ideia inteira em uma imagem. Com o coletivo, a gente quer... (...) lançar um livro de uma linha [política] que a gente concorda; a gente pode fazer a capa de graça ou vou fazer com um preço mais acessível e mandar, e aí o dinheiro que a gente usa, a gente pode pegar para doação de material para alguém que tá precisando, para alguém que produz também, doação para partido para fazer alguma mobilização muito específica, esse tipo de coisa.

O grupo de estudos me permitiu trabalhar as minhas artes com um foco específico. Eu conheci uma galera que é historiadora, que é um pouco mais famosa, por exemplo, (...) conheci um outro historiador e teve um *rapper* também que reconheceu o trabalho. Aí, separadamente, comecei a produzir. [No Instagram], (...) eu postava essas artes. E aí com outro cara a gente começou a discutir a importância de ter um pessoal fazendo uma propaganda quando a gente precisa. Se a gente quer, por exemplo, defender o MST, a Liga dos Camponeses Pobres, qualquer grupo, a gente faz um trabalho, a gente divulga, coisas para você mandar, seja no *WhatsApp*, seja (...) em papel, colado no metrô. A gente quer ser a mão que faz isso. (PEDRO)

O relato de Pedro exemplifica novas formas de ação coletiva que se distanciam da militância tradicional. Ainda que o entrevistado defenda ideias e valores semelhantes aos do imaginário clássico dos movimentos operários, as estratégias de ação e as práticas desenvolvidas pelo seu coletivo são muito diferentes, envolvem a atuação política por meio da arte e das redes sociais. As redes sociais são progressivamente mais utilizadas pelos ativistas como forma de influenciar as opiniões e as ações políticas dos seus usuários. O coletivo de Pedro é movido pelo trabalho dos seus membros como ativistas influenciadores digitais.

Paolo Gerbaudo (2012) mostra que mesmo que as novas formas de ação coletiva enfatizem seu caráter horizontal, sem hierarquias e lideranças, os ativistas influenciadores digitais se tornaram líderes invisíveis e informais que influenciam a ação das pessoas, constroem identificações comuns e criam um espaço afetivo-emocional no qual a ação coletiva pode se desenvolver. Gerbaudo chama atenção para o fato de que o processo de mobilização política envolve a construção simbólica de significados comuns, identidades, narrativas emocionais e senso de união, que se dá, em muitos casos, por meio das redes sociais. O coletivo de Pedro, por exemplo, usa o potencial das redes sociais de funcionarem como canais catalisadores de identificações emocionais pelos quais os influenciadores digitais condensam sentimentos de indignação, raiva, orgulho e vitimação, transformando-os em paixões políticas no processo de mobilização.

O uso das redes sociais como estratégia de ação política, que caracteriza a experiência participativa de Pedro, responde ao problema da dispersão espacial e da pluralidade de orientações culturais e identificações que caracterizam o espaço social contemporâneo e que

exigem o desenvolvimento de práticas complexas de mediação simbólica e tecnológica para permitir o processo de união em torno de objetivos comuns. As sociedades contemporâneas são marcadas pela dispersão, pela fragmentação, pela incerteza e pela multiplicidade, gerando obstáculos à ação coletiva, que tem a identidade e a solidariedade coletivas como requisitos cruciais para a sua formação. Assim, o ativismo digital faz uso das redes sociais como mecanismos de agregação coletiva, facilitando a convergência de indivíduos geograficamente dispersos e culturalmente diversos em torno de símbolos e identidades comuns (GERBAUDO, 2012).

### **5 Continuidades e rupturas das experiências participativas na passagem da adolescência para a vida adulta**

O principal fator de continuidade entre as experiências participativas dos jovens entrevistados durante e depois do Ensino Médio é a preponderância das pautas identitárias. Os relatos dos jovens refletem o processo mais amplo descrito por Nancy Fraser e Axel Honneth (2003) no qual as reivindicações por redistribuição igualitária (políticas de classe e de igualdade social) estão perdendo espaço para as reivindicações por reconhecimento identitário (políticas identitárias e culturais da diferença).

Alain Touraine (1994), um dos principais intelectuais das teorias dos Novos Movimentos Sociais, argumenta que as novas formas de ação coletiva respondem a uma nova geração de conflitos sociais que não buscam tomar os meios de produção, mas sim mudar a direção cultural da sociedade: os novos movimentos sociais não questionam o Estado ou o mercado, eles disputam as orientações culturais da sociedade civil. Touraine aponta que no século XIX, a lógica dos movimentos sociais estava guiada pela luta de classes, mas a globalização e a individualização fizeram com que o mundo do trabalho deixasse de ser o principal vetor dos conflitos sociais.

Os movimentos operários das sociedades industriais foram substituídos pelos novos movimentos sociais, que não respondem aos problemas sociais do mundo do trabalho e da exploração, mas sim aos problemas da segregação, da identidade e da exclusão, o que indica que a dominação social não pode mais ser reduzida à dominação de classe e ao plano econômico (DUBET, 2010). Dubet completa o raciocínio de Touraine afirmando que a antiga classe operária tinha uma unidade relativa, que foi substituída pela experiência social fragmentada e diversa dos indivíduos. A sociedade não é mais um sistema unificado cujo centro são as relações de produção, como nas sociedades industriais: a classe social como totalidade não existe mais.

Nesse sentido, Ruiz (2017) mostra que as ações coletivas juvenis nem sempre pressupõem o estabelecimento de um conflito; são, em geral, ações de afirmação identitária. O sociólogo italiano Alberto Melucci (2004) esclarece que, nas sociedades contemporâneas, o indivíduo não está mais solidamente fixado em identificações estáveis, pertencendo simultaneamente a múltiplos grupos sociais e papéis sociais, indicando uma fragmentação da experiência social. O autor mostra que a identidade deixou de ser definida pelo pertencimento e pela herança, passando a ser definida pela reflexividade individual, e que o reconhecimento é um requisito para a preservação das identidades, o que ajuda a explicar a ênfase dos entrevistados nas reivindicações por reconhecimento identitário.

A maioria dos entrevistados afirmou que o seu engajamento político se baseia em se informar sobre temas identitários e conscientizar amigos e familiares contra o preconceito. Participar, para eles, significa transmitir uma mensagem aos que estão em volta. Os jovens expressaram uma supervalorização da informação e do pensamento crítico, mas muitos rejeitaram a expressão pública das suas opiniões políticas:

Eu gosto de saber o que está acontecendo, mas não levantar a bandeira. [...] Hoje em dia eu entendo muito mais a importância da militância com algumas coisas [...] por exemplo, os casos de racismo atuais, [...] cultura de estupro. [...] Eu vejo que hoje em dia é realmente importante não só fazer o outro entender, mas tentar conscientizar o pessoal que está vendo essas coisas. (LUAN)

Hoje em dia eu acho que eu sou bem neutra, porque eu não participo muito dessas discussões efetivas de política ou manifestações, eu tenho a minha opinião, mas eu não vou ficar discutindo com outro, indo para manifestação. (RAQUEL)

A gente tem que ter uma base política, a gente tem que saber um pouco, mas eu acredito que você não precisa militar sobre isso. (DANILO)

Nota-se que a participação na esfera pública é rejeitada por vários entrevistados, que preferem a participação na esfera privada. Cabe fazer três considerações sobre esse assunto. A primeira é que a maioria desses jovens expressaram, em algum nível, temor da “cultura de cancelamento” ou do rompimento de relações pessoais causado por divergências políticas, em um contexto nacional de polarização política.

A segunda consideração se refere à insegurança dos jovens de expor suas opiniões em público ou para pessoas com quem não têm relações de intimidade e confiança. Alguns entrevistados afirmaram que se sentiam mais seguros e confortáveis para expor seus posicionamentos na escola, ambiente reduzido e relativamente protegido, do que nos espaços como universidade e trabalho, caracterizados, em geral, por relações novas e menos íntimas. Levando em consideração que, durante o Ensino Médio, a participação dos jovens entrevistados se dava, em geral, dentro do espaço escolar e referente a questões escolares, a saída da escola significou



tanto a perda dos referenciais que norteavam a participação, quanto do lócus privilegiado das suas práticas participativas. Fora da proteção e da familiaridade do ambiente escolar, esses jovens relataram se sentir inseguros para participar, expostos ao desconhecido, à sociedade mais ampla e às responsabilidades da vida adulta.

A terceira consideração se refere à necessidade dos pesquisadores de ampliar essa noção para além da democracia política institucional e para além da divisão entre espaço público e vida privada. Players e Karbach (2014) desenvolvem esse argumento afirmando que 1) a participação política não se restringe ao engajamento na arena política formal, ao voto e à filiação a partidos políticos; e 2) a definição limitada de participação parte erroneamente do princípio de que a esfera pública está desconectada da vida cotidiana. Os autores defendem que política e vida diária não são duas esferas separadas: o cotidiano também funciona como arena de participação política e transformação social em múltiplas formas, como o consumo crítico, por exemplo. Assim, os relatos dos jovens entrevistados evidenciam que muitos jovens privilegiam formas culturais, cotidianas e pessoais de comprometimento político, em detrimento das formas convencionais de intervenção na esfera pública.

Um segundo fator de continuidade das experiências participativas se refere ao caráter artístico, cultural e lúdico das práticas. Como já afirmado anteriormente, isso caracteriza não só as experiências dos jovens em questão, mas também as experiências da juventude em geral e, principalmente, da juventude periférica, que usa a expressão artística como ferramenta de transformação social dos seus territórios (D'ANDREA, 2020; MARTUCCELLI, 2016; RUIZ, 2017).

O maior ponto de ruptura das experiências participativas dos jovens foi a resignificação do conceito de participação. A maioria dos entrevistados relatou que, durante o Ensino Médio, essa noção se restringia às questões escolares e à reivindicação de direitos estudantis. As práticas participativas se davam, em geral, dentro da escola e em relação à ela: participação em sala de aula, nas atividades extracurriculares, no grêmio estudantil, no conselho de classe, no conselho de escola, nas manifestações organizadas pela escola, nas ocupações secundaristas, etc. Depois da saída da escola, a noção de participação passou a englobar a sociedade mais ampla e as questões extra-escolares

Eu acho que antes era um conceito mais restrito, porque eu tava na escola, numa sala de aula e eu acho que participação para mim era participar naquele ambiente, falar naquele ambiente, interagir com as pessoas daquele ambiente. Para mim aquilo era participação. Hoje em dia eu acho que eu já tô mais no mundo mesmo. [...] Agora eu entendo participação como uma coisa que não é só dentro de um grupo ou só voltada para mim, é uma coisa que é para todos. (TAINÁ)

## 6 Conclusão

As experiências participativas de quinze jovens de 19 anos foram analisadas ao longo deste texto com o intuito de mapear as suas principais formas e estratégias de ação e os sentidos que os entrevistados atribuem às suas práticas. Foi evidenciado que esses jovens se inserem em um processo mais amplo de reconfiguração das ações coletivas e da participação política, que busca preservar a autonomia, a autenticidade e a subjetividade dos envolvidos, em um contexto de diversificação e fragmentação da experiência social.

Chama atenção nos relatos, principalmente, a rejeição dos mecanismos formais e institucionalizados de participação da democracia representativa, a importância da escola como lócus das primeiras experiências participativas dos entrevistados, a centralidade das questões identitárias, a ressignificação do termo participação depois da conclusão do Ensino Médio e o uso expressivo das ações artísticas e culturais nas práticas participativas desses jovens.

O objetivo, aqui, não foi fazer um mapeamento exaustivo das experiências participativas dos jovens entrevistados, mas levantar considerações para o entendimento das suas ações individuais e coletivas e trazer pistas e questionamentos para futuras pesquisas.

## Referências

D'ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 39, n. 01, 2020;

DUBET, François. *Lo que nos une: Cómo vivir juntos a partir de un reconocimiento positivo de la diferencia*. Tradução de Georgina Fraser. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017;

DUBET, François. *Sociología de la experiencia*. Tradução de Gabriel Gatti. Editorial Complutense: Madrid, 2010;

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. London and New York: Verso, 2003;

GERBAUDO, Paolo. *Tweets and the streets: social media and contemporary activism*. London: Pluto Press, 2012;

ION, Jacques. *S'engager dans une société d'individus*. Armand Colin: Paris, 2012;

- MARTUCCELLI, Danilo. *Cambio de rumbo: la sociedad a escala del individuo*. Santiago de Chile: Editorial LOM, 2007a;
- MARTUCCELLI, Danilo. Condición adolescente y ciudadanía escolar. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 41, n. 1, 2016;
- MARTUCCELLI, Danilo. *Gramáticas del individuo*. Tradução de José Federico Delos. Buenos Aires: Losada, 2007b;
- MELUCCI, Alberto. O Jogo do Eu: a mudança de si em uma sociedade global. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
- PLEYERS, G.; KARBACH, N. *Young people political participation in Europe: What do we mean by participation?*. Brussels: CoE/UE Youth Partnership, July 2014;
- PONTES, Ana; HENN, Matt; GRIFFITHS, Mark D. Towards a conceptualization of young people's engagement: a qualitative focus group study. *Societies*, v. 8, n. 17, 2018;
- QUINTELIER, Ellen. Differences in political participation between young and old people: a representative study of the differences in political participation between young and old people. *Contemporary Politics*, v. 13, n. 2, 2007;
- REGUILLO, Rossana. *Paisajes insurrectos: jóvenes, redes y revueltas en el otoño civilizatorio*. NED ediciones, 2017.
- RUIZ, Óscar Aguilera. El movimiento estudiantil en Chile, 2006-2014: una aproximación desde la cultura y las identidades. *Nueva antropología*, México, v. 30, n. 87, 2017;
- SANTIAGO, Tatiana. Alckmin oficializa revogação da reorganização escolar em São Paulo. *G1*, 2015;
- SPOSITO, Marília; TARÁBOLA, Felipe; GINZEL, Flávia. Jovens, participação política e engajamentos: experiências e significados. *Linhas Críticas*, v. 27, 2021;
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica de la modernidad*. Tradução de Alberto Luis Bixio. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1994.

**Como citar**

XAVIER, Sara. Ação coletiva e participação política: Experiências de jovens na passagem da adolescência para a vida adulta. *Primeiros Estudos – Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 11, e00112004, 2024;

DOI 10.11606/issn.2237-2423.v11i1pe00112004

**Collective action and political participation:**

Experiences of young people in the transition from adolescence to adulthood

**Abstract**

This article discusses some results of a research that investigated the participation practices of fifteen people of 19-year-old, former students of two state schools in the city of São Paulo. In 2020, semi-structured interviews were carried out individually with each of these young people with the aim of rescuing their experiences of participation as high school students, mapping their participatory practices after completing high school and identifying the meanings attributed to their experiences in the passage from adolescence to adulthood. Here, the common sense discourse that young people are politically apathetic is rejected: the interviewees' reports show that these young people are part of a broader process of reconfiguration of collective actions and political participation, which seeks to preserve autonomy, authenticity and the subjectivity of individuals, in a context of diversification and fragmentation of social experience.

**Keywords:** participation; young people; high school; social movements..

**Acción colectiva y participación política:**

Experiencias de jóvenes en el paso de la adolescencia a la vida adulta

**Resumen**

Este artículo discute algunos resultados de una investigación sobre las prácticas de participación de quince jóvenes de 19 años, ex alumnos de dos escuelas públicas de la ciudad de São Paulo. En 2020, se realizaron entrevistas semiestructuradas individualmente con cada uno de estos jóvenes con el objetivo de rescatar sus experiencias de participación como estudiantes de secundaria, mapear sus prácticas participativas posteriores al bachillerato e identificar los significados atribuidos a sus experiencias en el paso de la adolescencia a la vida adulta. Aquí se rechaza el discurso de sentido común de que los jóvenes son políticamente apáticos: los relatos muestran que estos jóvenes son parte de un proceso más amplio de

reconfiguración de las acciones colectivas y de la participación política, que busca preservar la autonomía, la autenticidad y la subjetividad de los individuos, en un contexto de diversificación y fragmentación de la experiencia social.

**Palabras clave:** participación; jóvenes; escuela secundaria; movimientos sociales.